

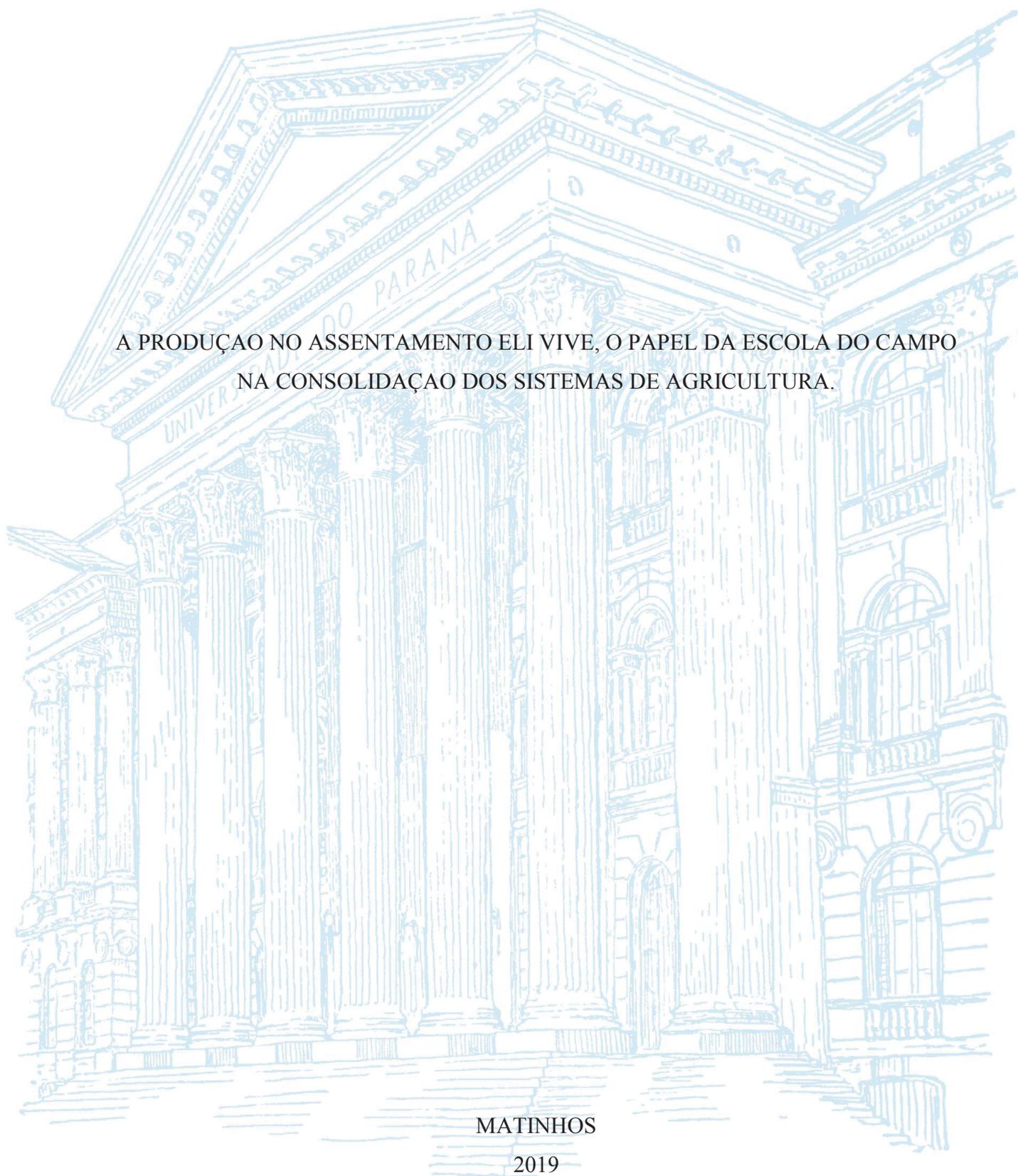
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDNA CRISTINA CARVALHO

A PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO ELI VIVE, O PAPEL DA ESCOLA DO CAMPO
NA CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE AGRICULTURA.

MATINHOS

2019



EDNA CRISTINA CARVALHO

A PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO ELI VIVE, O PAPEL DA ESCOLA DO CAMPO
NA CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE AGRICULTURA

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação do Campo e a Realidade Brasileira a partir de seus Pensadores, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Ândrea Francine Batista

MATINHOS

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SETOR LITORAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
 REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
 PENSADORES - 40001016329E1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **EDNA CRISTINA CARVALHO** intitulada: **A produção no assentamento Eli Vive e o papel da Escola do Campo na Consolidação dos Sistemas de Agricultura**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 12 de Outubro de 2019.

ANDREA FRANCINE BATISTA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

DELWEK MATHEUS

Avaliador Interno

LOURIVAL DE MORAES FIDELIS

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

A PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO ELI VIVE, O PAPEL DA ESCOLA DO CAMPO NA CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE AGRICULTURA

Edna Cristina Carvalho

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma investigação que teve por objetivo geral analisar os conflitos existentes entre o sistema de produção do agronegócio e as formas agroecológicas de produção no Assentamento Eli Vive do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Entre os objetivos específicos estavam o de conhecer as formas de produção existente no assentamento Eli Vive; caracterizar os processos de produção agroecológica no Assentamento Eli Vive; e refletir sobre o papel do Colégio Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi Ensino Fundamental e Médio na compreensão dos modelos de agricultura em conflito e na construção de uma agricultura agroecológica. Para desenvolver este trabalho foram realizados estudos bibliográficos, observações e diálogos com a comunidade referente ao tema no intuito de diagnosticar as contradições. Consideramos que a vivência na comunidade possibilita as relações acerca do olhar mais crítico sobre a realidade. O texto apresentado aborda elementos sobre o agronegócio e a resistência do campesinato na contraposição a este sistema de agricultura, bem como a organização do assentamento Eli Vive, e o papel de uma Escola do Campo dentro de um território de Reforma Agrária.

Palavras-chave: Assentamento Eli Vive; Agronegócio; Agroecologia; Escola do Campo.

RESUMEN

Este trabajo es el resultado de una investigación que tuvo como objetivo analizar los conflictos que existen entre el sistema de producción de agronegocios y las formas de producción agroecológicas en el asentamiento Eli Vive del Movimiento de Trabajadores Rurales sin Tierra (MST). Entre los objetivos específicos estaban conocer las formas de producción existentes en el asentamiento de Eli Vive; caracterizar los procesos de producción agroecológica en el asentamiento Eli Vive; y para reflexionar sobre el papel del Colegio Estatal Maria Aparecida Rosignol Franciosi en la comprensión de modelos agrícolas conflictivos y en la construcción de la agricultura agroecológica. Para desarrollar este trabajo se realizaron estudios bibliográficos, observaciones y diálogos con la comunidad sobre el tema con el fin de diagnosticar las contradicciones. Consideramos que la experiencia en la comunidad permite las relaciones sobre la mirada más crítica de la realidad. El texto presentado aborda elementos de la agroindustria y la resistencia de los campesinos contra este sistema agrícola, así como la organización del asentamiento de Eli Vive y el papel de una escuela rural dentro de un territorio de Reforma Agraria.

Palabras-clave: asentamiento Eli Vive; Agronegocio; Agroecología; Escuela del Campo

INTRODUÇÃO

Apresentamos neste artigo, os resultados de uma pesquisa realizada por ocasião do Curso de Especialização em Educação do Campo e a Realidade Brasileira a partir de seus Pensadores na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar os conflitos existentes entre o sistema de produção do agronegócio e as formas agroecológicas de produção no Assentamento Eli Vive do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), objetivo este que se desdobrou em: conhecer as formas de produção existente no assentamento Eli Vive; caracterizar os processos de produção agroecológica no Assentamento Eli Vive; e refletir sobre o papel do Colégio Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi na compreensão dos modelos de agricultura em conflito e na construção de uma agricultura agroecológica.

A realização desta investigação se deu através da pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo a partir de entrevistas com famílias da comunidade.

A escolha do tema se justifica pela necessidade de aprofundarmos o conhecimento das contradições existentes nos territórios de Assentamentos da Reforma Agrária que propõem um sistema de produção fundamentado na agroecologia, mas que ao mesmo tempo vivenciam experiências drásticas de subsunção ao sistema de produção capitalista na forma do agronegócio. Nestas circunstâncias, consideramos que a escola tem um papel fundamental em trabalhar e discutir os embates existentes nas formas de produção dentro do Assentamento.

Esta temática foi observada através de um inventário da realidade proposto durante o curso como parte da realização de um trabalho de base no Assentamento Eli Vive localizado no município de Londrina, região norte do estado do Paraná. Ficaram evidentes as contradições existentes entre os sistemas de produção.

Neste sentido a pesquisa será realizada em um espaço pertencente ao MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que serão os principais sujeitos envolvidos neste processo, assim é de suma importância para a comunidade o envolvimento nesta pesquisa e a socialização do conhecimento.

O Movimento compreende e assume a pesquisa enquanto produção e socialização de conhecimento novo em pelo menos duas dimensões: como uma necessidade essencial, vital e orgânica para a Organização, pois sem pesquisa não há

conhecimento científico para fazer a transformação, ou seja, a pesquisa também é “ferramenta” da luta política; como princípio educativo que deve perpassar o trabalho das escolas e cursos, portanto como uma “estratégia de formação” de quadros no Movimento. (DAMALGO, 2007, p. 112.).

Este trabalho busca abordar um referencial teórico que descreva sobre o tema da agroecologia e do agronegócio, assim como trazer elementos da realidade cotidiana do assentamento por meio de entrevistas coletando informações sobre o olhar da comunidade e da Escola que está envolvida neste ambiente, já que se localiza na comunidade sendo uma escola do e no campo também tem seus objetivos e propósitos com a educação e com a produção.

01. O AGRONEGÓCIO E AS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DO CAMPESINATO

O Brasil desde sua colonização por Portugal tem em suas raízes a divisão de terras em grandes extensões. A primeira forma foi as capitânicas hereditárias doadas pela coroa aos donatários dispostos a colonizar as terras recém “descobertas”.

O acesso a terra foi negado, aos camponeses, sempre foi trabalhar servindo a senhores donos da terra para continuar a sobreviver com suas famílias por meio da produção. Uma das negações foi a lei de terras de 1850 concebida no bojo de um sistema escravista que se preparava para a transição para o trabalho assalariado. Assim, o trabalhador que fora escravizado, os indígenas, e outros trabalhadores migrantes que vieram para o Brasil não teriam o acesso à terra, visto que a partir desta lei a mesma se tornava mercadoria, e só compraria aqueles com capital. (STEDILE, 2005)

A formação do povo brasileiro advém das matrizes africanas, indígenas e migrantes. (RIBEIRO, 1995.) Os camponeses fazem parte desta miscigenação das matrizes, e desta forma muitos de seus antepassados tinham uma relação direta com a terra e no cultivo dela para retirar o seu sustento.

A maior parte das terras colonizadas era para a produção em grande escala para suprir as necessidades do mercado exterior, explorando a terra e os trabalhadores. Neste contexto de Brasil agrário e agroexportador os camponeses sempre sobreviveram mesmo na maioria das vezes excluídos da sociedade, mantendo suas raízes no campo cultivando a terra e dela tirando seu sustento.

Atualmente a realidade não é muito diferente no que refere ao campo. A produção se projeta em grande escala pra suprir as necessidades do mercado mundial. As grandes extensões de terra, pertencente a grandes proprietários que articulados às transnacionais e corporações produzem especialmente *comodities* agrícolas a partir de tecnologias que possibilitam maior produtividade indiferente às conseqüências para a natureza e o ser humano, como o caso do agrotóxico e das sementes geneticamente modificadas – o agronegócio. Segundo (FERNANDES, [200-?]) agronegócio é um termo novo criado no capitalismo para manter a ideologia do latifúndio na concentração de terras. O modo de produção capitalista em suas fases de crises procura novas maneiras, adaptações e reconfigurações sem perder o objetivo da concentração da propriedade de terras e das riquezas por ela gerada, buscando manter sua lógica produtivista. O autor considera que:

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. (FERNANDES, [200-?], p.01)

Neste sentido, com o aumento da produtividade capitalista e a concentração da terra, os camponeses vão sendo destruídos e expropriados da terra, seu único meio de sobrevivência. Fernandes [200-?], ainda considera que:

Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária com se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola. (FERNANDES, [200-?], p. 02.)

Com a hegemonia da produção em grandes proporções, a pequena produção realizada especialmente por camponeses e populações tradicionais sofre drásticas conseqüências. O agronegócio se apresenta como o grande produtor de riquezas e de alimentos para toda a população do país e para a exportação, mas por traz das cortinas, pouco mostrado na mídia, os camponeses, pequenos agricultores e comunidades tradicionais são os verdadeiros responsáveis pela maior parte da produção de alimentos que atendem as necessidades da população. Da mesma forma, a propaganda de que o agronegócio é responsável pela grande

produção da riqueza para o país esconde que esta riqueza não é revertida para o país, mas cada vez mais concentradas nas mãos de transnacionais, sejam elas e capital brasileiro, misto ou estrangeiro.

O agronegócio é uma expressão do desenvolvimento do capital no campo nos últimos períodos, onde forma a apropriação da terra, o controle de empresas transnacionais, a concentração de tecnologias na produção de insumos, armazenamento, beneficiamento e venda do produto, tem por finalidade essencialmente a produção de maior lucro num contexto de concorrências entre grandes empresas. Indiscriminadamente, a produção em grande extensão, chamada de monocultura, devasta toda a biodiversidade existente em determinado território, e com o uso cada vez mais excessivo de agrotóxicos destrói toda a vida, expulsando os trabalhadores da terra que ficam à margem da sociedade trabalhando muitas vezes em situações precárias para sobreviver com sua família.

Da mesma forma, esse modelo de produção estimula o desmatamento re-configurando o código florestal, impulsiona a mineração em larga escala buscando re-configurar leis e códigos minerários, e ainda fomenta a construção de grandes e pequenas hidrelétricas para geração de energia.

A articulação desses processos tem redimensionando territórios, expulsando camponeses e povos tradicionais como indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas de seus lugares de pertencimento. Estas populações se dispersam em pequenas e grandes cidades ingressando na busca pela sobrevivência através do trabalho assalariado ou ainda outras formas.

Alguns camponeses, pequenos produtores e comunidades tradicionais que conseguem ainda permanecer em seus territórios, sofrem as conseqüências de sua subsunção ao sistema capitalista que de maneira hegemônica conduz outras formas de produção à sua lógica. Nos referimos aos processos de integração¹ por exemplo, ou ainda na comercialização de seus produtos que concorrem com os preços de mercado. São estas algumas das formas de exploração do campesinato pelo sistema capitalista.

Para contrapor ao sistema de produção capitalista os movimentos sociais do campo têm construído a proposição de um sistema de produção agroecológico, que tem por objetivo a

¹ O processo de integração refere-se à forma das relações sociais de produção estabelecidas entre grandes empresas monocultoras que exploram camponeses e pequenos produtores através da produção e venda de determinada mercadoria. Justificando a forma das relações de produção, as empresas determinam as metas, os volumes, o tamanho padronizado da produção, combinação antecipada de preços a serem pagos e impedindo a venda para outros compradores, controlando rigidamente o produto final. Exemplos de integração são as cadeias de produção de fumo e frangos.

produção de alimentos saudáveis sem a utilização de agrotóxicos, produzir de maneira sustentável alimentos diversificados. Caldart (2012) descreve a luta dos Movimentos Sociais contra o latifúndio, e como este valoriza a terra retirando dela o sustento para muitas pessoas.

Sua contestação adquire força cultural e simbólica porque suas ações se enraízam em uma questão social que é forte e é justa. Forte porque mexe com a própria estrutura social de um país historicamente marcado pelo latifúndio, parente da escravidão. Consensualmente justa, porque não há argumentos éticos contra a idéia de que a terra, bem natural e carregado de uma simbologia quase mágica, deve estar nas mãos de quem a deseja trabalhar e a fará produtiva, aplacando a fome de milhões de pessoas, outro mal incompensável com o chamado “mundo moderno” (ou pós-moderno) de que as elites brasileiras lutam para fazer parte a qualquer custo. (CALDART, 2012, p. 32)

Os movimentos sociais do campo ao longo de sua trajetória de luta pela terra e direitos dos trabalhadores do campo, conseguem desenvolver diálogos e debates permanentes em relação à produção de alimentos saudáveis em áreas de Reforma Agrária, buscando garantir a soberania alimentar aos povos. Realizam vários encontros em todos os estados onde o Movimento Sem Terra é organizado, através de feiras agroecológicas ou orgânicas, congressos e jornadas agroecológicas, mostrando que é possível desenvolver uma produção de qualidade sem a utilização de insumos produzidos pelas multinacionais.

No estado do Paraná já foram realizadas dezoito (18) edições da Jornada de Agroecologia. Esta reúne acampados e assentados do todo o Estado, bem como outros movimentos sociais do campo e organizações parceiras. Tem por finalidade: trocar experiências em relação às formas de produção; realizar estudos e debates acerca da Soberania Alimentar e do papel da agroecologia neste momento histórico da sociedade; de intercâmbio de sementes crioulas; de socializar e comercializar produtos da luta por reforma agrária; de vivenciar e construir a arte e a cultura popular. Um espaço sincero de diálogo com a sociedade entorno da construção de um Projeto Popular para o país que fortaleça as populações que vivem no campo, que viabilize uma alimentação saudável para toda a sociedade, que questione o modelo de produção monocultor e destruidor da natureza no agronegócio; que confronte a hegemonia dominante capitalista e suas conseqüências para toda a sociedade; que possibilite vislumbrar uma nova forma de sociedade mais justa e igualitária.

02. A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO ASSENTAMENTO ELI VIVE: ENTRE A AGROECOLOGIA E AS CONTRADIÇÕES DO AGRONEGOCIO

Os dados e elementos que abaixo elencamos são parte de um Inventário da Realidade realizado nesse território. Este inventário foi uma proposição metodológica de estudo e investigação da realidade proposto pelo Curso de Especialização em Educação do Campo e a Realidade Brasileira a partir de seus Pensadores, que com base no texto de Caldart e outros (2016) orientou um primeiro momento da realização de Trabalho de Base, onde se buscava conhecer de maneira mais aprofundada este território. A produção deste inventário (RODRIGUES; COELHO; *et all*; 2018) foi coletiva, e sua sistematização, um texto não publicado, serviu a realização de um debate e socialização com outros estudantes do Curso.

O Assentamento Eli Vive², localizado no município de Londrina, é fruto da luta pela terra desde o ano de 2009, tornando-se assentamento em 2013. O assentamento é composto hoje por 504 famílias que estiveram acampadas em diferentes regiões do Paraná, assim como dos Estados de São Paulo e Paraíba. O assentamento é o único num município conservador onde há hegemonia do agronegócio, conhecido pelas grandes fazendas de café e soja.

As fazendas Guairacá e Pininga, onde estão localizados o Assentamento Eli Vive I e II, no ano de 1970 deixaram de ser uma fazenda de café para tornarem-se uma fazenda destinada à pecuária. Esse novo modelo de produção agrícola modificou totalmente a forma de organização das fazendas: no modo de trabalho, na quantidade de trabalhadores, na produção e nas estruturas físicas da fazenda.

No ano de 1990 iniciou-se a luta pela terra na fazenda Guairacá, pois o movimento considerava a área improdutiva, desta forma, o MST organizou-se para a ocupação da área. Após três meses de acampamento as famílias foram violentamente despejadas resultando em grande número de feridos e dispersão das famílias.

Nesta ocupação, destaca-se a presença da companheira Iraci Salete Strozak, a qual

² O Assentamento recebe esse nome homenageando uma liderança do MST assassinada em 2008. Eli Dallemole, foi morto a tiros por uma arma calibre 38 em sua casa no assentamento Libertação Camponesa no Município de Ortigueira (PR). Ele estava sofrendo ameaças e tentativas de homicídio desde 2006, todas denunciadas às autoridades locais.

ajudou na organização desta ação e no processo de resistência das famílias acampadas. Após o despejo, o MST toma o desafio de continuar reivindicando a área para que fosse destinada à Reforma Agrária, o movimento considerava a ação dos fazendeiros um desrespeito as famílias, durante o despejo da primeira ocupação, decidiram-se que a conquista do local seria pelo processo de luta do Movimento.

Em 2009, após longo processo de negociação entre o dono da fazenda e, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o MST organizou-se novamente para a ocupação da fazenda Guairacá. Neste segundo momento, a ocupação se deu de forma pacífica. Assim, a partir de fevereiro de 2009, 120 famílias deslocaram-se para a referida área com objetivo de garantir a posse da terra, enquanto o INCRA e o proprietário continuavam as negociações.

Neste contexto de luta pela terra surgiu a necessidade de lutar pela implantação de uma escola no acampamento. Com a vinda de novas famílias discutiam-se a necessidade de formar uma escola no espaço do acampamento para as crianças e adolescentes darem continuidade aos estudos, para que estes permanecessem seguindo a lógica do movimento, educação voltada pela permanência na terra.

No Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) foi planejado a partir de três linhas de produção que são: cafeicultura, produção leiteira e horta. As escolhas das linhas de produção foram feitas nas brigadas de 50 famílias, que a partir das discussões coletivas para o projeto de assentamento os assentados definiram como linha de produção a agroecológica.

Embora, alguns assentados se organizaram, mas outros não, devido as questões físicas que comprometem as estradas e a retirada dos alimentos da maioria dos sítios e também por questões financeiras, muitos não conseguem organizar a produção e acabam arrendando suas terras para terceiros.

A partir da demanda do projeto semente de milho crioulo, para o desenvolvimento do projeto necessitava da organização de uma cooperativa. Nos anos anteriores o assentamento participou do projeto através da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN), localizada no Assentamento Dorcelina Folador, município de Arapongas Paraná.

Com a demanda da cooperativa no Assentamento Eli Vive, foi dialogado com as demais cooperativas do estado e verificado a existência da Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (COPACON), uma cooperativa iniciada em Querência do Norte a mais de 15 anos, e que funcionou por dois anos e estava congelada, mas com a documentação toda em dia, como havia pouco tempo para a abertura de uma nova

cooperativa por causa dos tramites legais, a COPACON foi transferida para o Assentamento Eli Vive I.

A cooperativa conta com 270 associados. É uma ferramenta de trabalho, venda e comercialização de milho e seus derivados (comércio interno e convencional), que futuramente pretende-se implantar o processo de industrialização dos derivados de milho, tais como; fubá, quixerinha, canjiquinha e creme de milho.

Outro projeto que a cooperativa administra é o do feijão crioulo, cuja a produção é oriunda do próprio assentamento, e conta com 42 produtores envolvidos no projeto, este projeto já exportou feijão para a Venezuela.

A cooperativa atende a demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), adquirindo alimentos de hortifrutis produzidos no assentamento e sítios entorno, e 50 produtores faz parte do PNAE, a demanda mensal é de 200 toneladas de alimentos, divididos em 23 itens para as escolas estaduais de Londrina e região, o que proporciona melhores preços e a garantia da comercialização da produção camponesa. Futuramente o desafio é a produção orgânica para a entrega no PNAE, o que já existe planejamento com os produtores, em Imbaú, 20 agricultores trabalham com produção orgânica no projeto do PNAE.

Outra produção importante no assentamento é a produção de leite com 59 produtores, os veículos de coleta foram cedidos pela COPACON para a COPRAN que recolhe 50 mil litros de leite por mês/ participação nos programas municipal e estadual de leite/ cada linha tem uma coordenação, os desafios para escoar a produção estão relacionados à infra-estrutura (estrada), pois está são precárias, e em dias de chuva dificulta o escoamento do leite.

Os associados também são beneficiados em horas/máquinas para a preparação do solo e semeadura das sementes. Os implementos agrícolas foram adquiridos por meio de uma emenda parlamentar para Associação Comunitária dos Camponeses do Assentamento Eli Vive I e II (ACAEV), que atualmente trabalha em conjunto com a cooperativa, embora a cooperativa está desenvolvendo projetos junto aos assentados, projetos estes que contribui no desenvolvimento do assentamento, há a necessidade de muita luta para melhoria e surgimento de outros projetos que envolva os assentados na produção de alimentos orgânicos, pois este é o objetivo do movimento.

Para que seja possível uma análise conjuntural dos conflitos territoriais presentes no Assentamento Eli Vive I e II e em seu entorno é necessário a compressão de como as questões Locais, Nacionais e Internacionais estão interseccionadas. Os conflitos e as contradições presentes nas disputas territoriais do espaço e de seu uso não estão inertes apenas a uma

questão local, trate-se de uma somatória de fatores internos e externos que desenham as disputas e conflitos relativos ao espaço usado. Partindo da compreensão de que o território é uma construção social, buscando analisar os conflitos que se estruturam e as disputas que são travadas neste ambiente construído socialmente. É preciso que se entenda este território como uma complexidade para além do espaço geográfico e que se leve em consideração a confluência de embates aparelhados por interesses divergentes e que não estão restritos aos conflitos entre classes, mas também intra-classe.

Para uma compreensão mais ampla da realidade e dos conflitos territoriais presentes³, foi realizado a aplicação de um questionário no Assentamento Eli Vive 1 e 2, entre jovens e adultos numa faixa etária de 15 a 50 anos. Ao observarmos as falas de alguns moradores podemos notar como as contradições estão presentes no cotidiano como narra a entrevistada: “A dificuldade maior é a falta de financiamentos para podermos plantarmos todos sofrem com falta de melhorias, em habitação, educação e saúde, estradas”. Também a entrevistada: “Temos dívidas em materiais de construção não em banco e confiamos que com a colheita da soja podemos quitar.” Uma contradição presente encontrada neste campo de estudo e também presente na fala de alguns entrevistados é o plantio e cultivo de soja dentro das terras do assentamento. Esta ação pode ser considerada a principal causa de conflito territorial, pois a entrada da soja e o seu cultivo vêm transformando alguns lotes segundo a lógica do agronegócio. Esta questão é responsável por uma série de embates como exemplo temos a disputa territorial entre assentados que tentam seguir o projeto da agroecologia ou da agricultura familiar e a produção de produtos orgânicos e vizinhos que arrendam suas terras para o plantio da soja, logo impossibilitando que o projeto da agroecologia tenha sucesso ou que os produtos recebam o selo de produto orgânico por conta da proximidade de lotes onde se faz uso de agrotóxicos.

A questão do arrendamento de terras e do cultivo de soja apesar de parecer bastante contraditória em terras reservadas para a reforma agrária, pode ser compreendida na medida em que o Estado e as políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e ao pequeno produtor rural, são poucas e vem gradativamente sendo reduzidas. No momento em que as

³ O presente texto foi extraído do inventário da realidade, trabalho do curso de especialização em Educação do campo e realidade brasileira através de seus pensadores, o trabalho foi realizado no assentamento Eli Vive região norte do estado do Paraná município de Londrina, com os seguintes autores Alzira Rodrigues, Douglas Cristian Coelho, Edna Cristina Carvalho, Joselita Silva Rodrigues, Luiz Fernando Scarcella, Mauricio Ferreira de Oliveira, Solange Queiroz Ribeiro, Vanessa Corrêa.

famílias se encontram em uma situação de vulnerabilidade por conta da omissão do Estado em recursos que auxiliem e possibilitem subsídio ao pequeno produtor assentado de produzir, trabalhar e de permanecer na terra, nesse momento, entra a figura do atravessador oferecendo a possibilidade do arrendamento da terra e do cultivo da monocultura, colocando o assentado na condição de empregado dentro de sua própria terra, por uma renda sazonal extremamente baixa ou desigual frente o real valor do que se é produzido.

O sistema capitalista em sua dimensão econômica e política submetem o assentado às dificuldades na produção em suas terras. A submissão ou a subsunção da pequena agricultura à financiamentos com elevadas taxas de juros, a venda de seu produto a terceiros com baixo preço, ao arrendamento suas terras para o plantio da monocultura e até a venda dos direitos do lote. Logo esta disputa territorial esta diretamente ligada ao próprio modo operante do meio de produção capitalista, na exploração do trabalho do homem pelo homem. Assim assinala Paulino (2008):

Considerando que não é o princípio da acumulação simples, mas o da acumulação ampliada da força motriz deste modo de produção, o que supõe uma avidez progressiva sobre quaisquer bens passíveis de converterem-se em mercadorias, atentar para a ordenação do território ganha relevância ímpar, porque é este que comporta as ações de produção, circulação e consumo, o tripé da valorização capitalista que culmina na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. (FABRINI; PAULINO, 2008, p.214)

Refletindo sobre outros pontos de conflito podemos citar a influencia do mercado internacional por meio das empresas multinacionais podem se apresentar como uma questão conflitante. O monopólio das sementes oriundas das multinacionais submete o trabalhador a seguir à lógica do mercado Internacional. Plantar orgânicos se torna uma tarefa árdua, principalmente quando o trabalhador não possui o domínio da semente, como podemos observar no depoimento de uma das entrevistadas: “Porque pra você fazer a semente é difícil então no mercado ela já tá mais fácil”.

Mesmo com a pressão exercida pelo mercado, os assentados contam com o auxílio de outros assentados e também da cooperativa no fornecimento de milho e feijão crioulos. Como afirma uma das entrevistadas: “Sim eu tenho que comprar as sementes, pois no assentamento ainda não tem sementes de tomate. O assentamento fornece sementes de milho e sementes de feijão crioulos”. Em meio as contradições e conflitos presentes neste território uso das sementes crioulos vai contra o monopólio das empresas multinacionais e se apresenta como estratégia de resistência.

Sabemos que fazer uma produção totalmente orgânica, há que se ter um dialogo entre a família e todos que irão trabalhar na propriedade. A utilização de novas técnicas de manejo do solo e das plantas também requer estudos e práticas diferenciadas é um processo que demanda maior atenção e trabalho, mas ao seu resultado final todos se beneficiarão na qualidade de alimentos, melhores condições de vida e respeito à natureza.

03.O PAPEL DA ESCOLA DO CAMPO NA CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS PRODUTIVOS AGROECOLÓGICOS NO ASSENTAMENTO ELI VIVE

A escola existente no assentamento é uma conquista da luta dos trabalhadores ao longo da historia do MST, traz em seus objetivos as concepções de formação humana, buscando relacionar os conteúdos científicos com a vida a partir da realidade do campo, em específico do assentamento e como estes vem buscando diferentes alternativas para se manter no lote e garantir sua produção de maneira sustentável. Assim, a escola tem um papel fundamental na construção de sistemas agroecológico, onde por meio dos conteúdos e de práticas pedagógicas, pode trabalhar os conceitos, exercícios, experimentos que abordem os benefícios que o sistema de produção agroecológico traz para a vida humana e ambiental.

Neste sentido desenvolvemos nesse Assentamento, alguns projetos pensando em orientar e conscientizar os educandos para que os mesmos levassem para suas casas as discussões e trabalhos (realizados dentro e fora da sala de aula) para melhorar a produção. Um dos projetos desenvolvidos foi no período em que a Escola Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi era itinerante e a comunidade ainda permanecia em acampamento, foi a horta mandala.

A horta mandala foi planejada numa parceria entre Escola, comunidade e assistência técnica por meio da Cooperativa de Prestação e Serviços Francisco Beltrão (COOPERIGUAÇU), que era a responsável em fazer o PDA do assentamento neste período. Como havia o projeto da assistência técnica em se fazer unidades demonstrativas, a prestadora de serviços em dialogo com a comunidade e escola, escolheram um espaço próximo ao colégio. Um dos principais objetivos da COOPERIGUAÇU era construir a horta em parceria com a escola pela necessidade de implantar uma unidade de produção diversificada e com base agroecológica no Projeto de Assentamento Eli Vive I, e que ao mesmo tempo pudesse

servir de exemplo para as famílias da comunidade na lógica da produção de alimentos saudáveis e da utilização dos recursos naturais de forma consciente.

Segundo o relatório do Projeto, a experiência deveria servir como:

[...] alternativa de aproveitamento sustentável do solo, água e recursos naturais, com respeito ao meio ambiente, direcionado ao conhecimento teórico e prático das famílias com desenvolvimento de atividades que visem a melhoria alimentar e inclua a comercialização dos produtos para a geração de trabalho e renda (COOPERIGUAÇU, 2011, p. 04).

Diante da Proposta Pedagógica da Escola, a COOPERIGUAÇU propôs esta parceria no intuito de iniciar através dos educandos a realização deste trabalho e de um processo de formação que relacionasse conjuntamente questões referentes à área social, produtiva e ambiental.

Área social: Melhoria e importância da alimentação saudável, relação de trabalhos em grupos, destacando as questões de gênero, geração e etnia.
 Área produtiva: Produção diversificada de hortaliças e frutíferas, utilizando todo o espaço existente de maneira equilibrada.
 Área ambiental: Utilização consciente dos recursos naturais, aproveitamento dos resíduos orgânicos (restos de vegetais), produção de adubos e fertilizantes naturais, adubação verde, utilização consciente do solo e água, esta última realizando regras que visem não haver desperdício (COOPERIGUAÇU, 2011, p. 04).

Esse projeto convergia com a proposta pedagógica desta Escola do Campo que dentro de uma área da Reforma Agrária, buscava ser um espaço orgânico diante dos objetivos estratégicos da luta pela terra e transformação social, onde a contribuição camponesa para tal, estão fortemente baseadas nos princípios da Soberania Alimentar e da Agroecologia

Muitas pessoas da comunidade também contribuíram, diretamente e indiretamente no processo, que uma das intenções desta experiência é motivar e orientar as famílias no âmbito do conhecimento de técnicas apropriadas, melhorando assim a qualidade da produção e da alimentação no contexto de agroecologia. Independente da atividade, todos os envolvidos deveriam atuar com responsabilidade e compromisso, visando de forma interdisciplinar a formação e interação entre os sujeitos que ajudaram a conduzir a proposta que abrangia uma diversidade de expectativas.

Como resultados esperados, temos maior integração do corpo docente, melhoria do nível de socialização dos educandos, desenvolvimentos de habilidades específicas dos educandos, melhoria do nível de higiene do

ambiente escolar, conscientização da utilização dos recursos naturais, melhoria no hábito alimentar, etc. (COOPERIGUAÇU, 2017, p. 07)

Destacamos, que a intencionalidade pretendida para esta experiência foi a de oportunizar primeiramente, o vínculo pedagógico na relação teoria e prática entre educadores e educandos no conjunto da escola e também a participação e intervenção de um maior número possível de famílias da comunidade no processo. Porém, esta era a intencionalidade enquanto projeto. Quando foi construída a horta, que além de fornecer alimentos diversificados para a alimentação escolar dos estudantes, o objetivo se amplia em possibilitar na prática concreta a relação entre o trabalho e os conteúdos científicos trabalhados em sala de aula.

Quando a horta ainda estava em funcionamento havia um técnico responsável em direcionar o trabalho que seria realizado com cada turma sempre em diálogo com os professores, também se realizava várias oficinas com os educandos e a comunidade de caldas defensivas, orientando o manejo das produções agroecológicas.

Destacamos a importância da escola no desenvolvimento de práticas pedagógicas para uma alimentação saudável e do trabalho coletivo na produção de alimentos, ações que envolveram estudantes, educadores e funcionários da Escola juntamente com a comunidade e cooperativa.

Atualmente, com o processo de transição da Escola do Campo para o município e estado, foi se perdendo a dinâmica do trabalho com a horta. Mesmo que a proposta pedagógica ofereça todos os objetivos e orientações sobre como realizar o trabalho, apenas alguns educadores do município que são assentados vêm desenvolvendo projetos com educandos neste espaço, mas não atinge mais toda a esfera da comunidade escolar, bem como seu objetivo proposto na construção inicial.

Outra experiência pedagógica importante no ambiente escolar é o Projeto da Agrofloresta, que construído com a mesma intencionalidade que a horta mandala, buscava implantar sistemas agroflorestais com mudas nativas integradas com as mudas frutíferas. O projeto se desenvolveu no ano de 2017 com a iniciativa de alguns professores do Colégio e estudantes do Curso de Agronomia da Universidade Estadual de Londrina. Assumido por alguns professores das Ciências da Natureza, buscava relacionar os conhecimentos da área à prática de ensino das técnicas do sistema radicular das plantas. Um estudo que deu início a uma Agrofloresta Escolar com o plantio de várias mudas nativas e a barreiras entorno da mesma.

Em 2018 por falta de manutenção, ferramentas e acompanhamento técnico, alguns professores trabalharam de forma individualizada apenas dando o mínimo sustento à agrofloresta. Outros fatores como a falta de compreensão do projeto, a comunicação entre funcionários da escola, e o planejamento para a realização de atividades relacionadas aos conteúdos que poderiam incluir o conhecimento por meio da prática, foram sendo deixados de lado a continuidade do projeto minguou.

Em 2019, durante o tempo trabalho na Escola, parte de sua proposta metodológica, foi retomada a continuidade deste projeto por parte de alguns professores. Mas ainda não há uma compreensão por parte da totalidade da comunidade escolar sobre a importância do sistema de agroflorestas. Há uma dificuldade em relacionar os conteúdos escolares com a prática agrofloreteira, pois não temos disponíveis técnicos especialistas no assunto para o acompanhamento e orientação de como fazer ela existir em sua dimensão pedagógica.

O trabalho pedagógico nas Escolas do Campo necessita fundamentalmente estar relacionado à agroecologia, à agroflorestas, como possibilidade de aprofundar os conhecimentos para a construção de um novo modelo agrícola. Um trabalho que possa integrar educadores, educandos, funcionários da escola, comunidade, e técnicos em agroecologia e afins entorno da construção de experiências concretas de uma nova forma de produzir a vida.

As contradições evidentes dentro do assentamento, os embates entre os modelos/ sistemas de produção, se refletem na escola. Torna-se evidente nesse espaço a maneira como o agronegócio enfeitiça o produtor a partir da propaganda enganosa, e da necessidade de sobrevivência em meio à destruição de uma gama de direitos e políticas públicas que foram sendo arduamente conquistadas. O dialogo deve ser permanente entre educadores e educandos para desconstruir a visão e perspectiva do agronegócio. Uma Escola do Campo em território de luta pela Reforma Agrária encontra-se em meio aos conflitos agrários historicamente constituídos, e sua perspectiva deve persistir em construir um ambiente pedagógico que contribua na construção de processos agroecológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio é parte do atual desenvolvimento capitalismo no campo, onde a geração de lucro e riqueza a partir da exploração e terra e dos trabalhadores de diferentes formas. Sempre com o apoio dos meios de comunicação e dos órgãos governamentais para a implementações de leis que beneficiam a produção em larga escala e a contaminação do solo, das águas e da vida humana, a partir de uso cada vez mais excessivo de agrotóxicos que são liberados amplamente via Estado. A grande mídia de massa faz seu papel de iludir a população com suas propagandas enganosas, buscando convencer de que o modelo de produção do agronegócio é a melhor maneira de alimentar a população mundial. Afirmam que o “agro é pop, é tech é tudo”, que emprega pessoas, que gera renda para as famílias, quando na verdade apenas explora o trabalhador, foca na produção de *comodities* para a exportação, e destrói drasticamente a biodiversidade do planeta.

No que se refere à conquista da terra por trabalhadores e trabalhadoras sem terra a partir de sua organização e luta, os Assentamentos Eli Vive I e II, são territórios da Reforma Agrária, e buscam a duras penas contrapor esse sistema hegemônico e suas conseqüências para o campo, muito embora não seja isenta da influência geral do modo de produção dominante. O seu PDA, construído coletivamente com as famílias, atualmente expressa as contradições existentes no assentamento. Há diferenças em relação aos sistemas de agricultura implantados nos lotes.

Há por um lado iniciativas de grupos que vem desenvolvendo projetos agroecológicos com bons resultados mostrando aos demais que é possível produzir alimentos de maneira sustentável, e que gera renda familiar. Há a cooperativa também tem um papel fundamental tanto na produção de sementes crioulas, como no beneficiamento e comercialização dos alimentos produzidos no assentamento contando com a parceria dos associados.

Mas por outro lado, sabemos das contradições relacionadas ao arrendamento. Muitas vezes não é opção das famílias. Como não há assistência financeira por parte dos órgãos públicos para o desenvolvimento da produção e de geração de renda, muitos se vêem de mãos atadas, arrendando seus lotes para sobreviver com o mínimo, e vendendo sua força de trabalho para sustentar sua família. Por falta de subsídios, e linhas de crédito para a pequena

agricultura e ainda mais numa perspectiva agroecológica, vai ficando cada vez mais difícil a vida destas famílias no campo. Os atuais governos (nas esferas federal e estadual) vêm reafirmando o modelo de produção hegemônico.

A Escola do Campo é parte da luta e da conquista dos assentados que reconhece na educação um papel fundamental, uma ferramenta de luta contra a hegemonia do capital que ataca principalmente os trabalhadores que resistem e se contrapõem às suas ideologias. Assim, este ambiente de troca de conhecimentos e experiências diferenciadas auxilia na compreensão do papel dos sujeitos na sociedade, contribuindo para o seu reconhecimento como classe trabalhadora do campo que tem o dever de contribuir para uma produção de alimentos saudáveis. A escola tem possibilitado esse processo de conscientização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**, 4.ed, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli; HADICH, Ceres; TARDIN, José Maria; *(et all)*. **Inventário da Realidade**. Guia Metodológico para uso nas Escolas do Campo. [S.I]: [s.n.], 2016. (Texto impresso)

COOPERIGUAÇU. **Relatório da Unidade Demonstrativa**. [S.I.]: [s.n.], 2011.

DAMALGO, Sandra Luciano (org.; edição). **II Seminário Nacional O MST E A Pesquisa**. Cadernos do ITERRA. nº 14. Veranópolis: ITERRA, 2007.

FABRINI, João Edmilson; PAULINO, Eliane Tomiasi. **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo; expressão popular, 2008.

FERNANDES Bernardo Mançano. **Agronegócio e Reforma Agrária** Universidade Estadual Paulista. [S.I.]: [s.n.], [200-?]. Texto Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf Acesso em agosto de 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil**. 2ª Ed. SP: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Alzira. COELHO, Douglas Cristian; CARVALHO, Edna Cristina; RODRIGUES, Joselita Silva (extensão); SCARCELLA, Luiz Fernando; OLIVEIRA, Mauricio Ferreira de; RIBEIRO, Solange Queiroz; CORREA, Vanessa. **Inventário da Realidade do Assentamento Eli Vive I e II– Londrina/PR**. 2018. (Trabalho não publicado)

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**. O debate Tradicional: 1500-1690. Vol.1. SP: Expressão Popular, 2005.